



Ponto de Vista

HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS: MEDIDA DE PREVENÇÃO DA INFECÇÃO HOSPITALAR

HANDS HYGIENE: PREVENTION METHOD OF HOSPITAL INFECTION

Resumo

Samylla Maira Costa Siqueira¹

Trata-se de um ponto de vista cujo objetivo consiste em demonstrar a eficácia de procedimentos como a lavagem das mãos e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Para tanto, foram analisadas obras acerca das infecções hospitalares e suas formas de prevenção. Ultimado o estudo, é possível dizer que a o ato de lavar as mãos é a prática mais simples, de menor custo e que apresenta maior eficácia na prevenção das infecções nosocomiais e que para sua otimização pode-se fazer uso associado do álcool e uso dos EPIs.

¹ Universidade Federal da Bahia – UFBA
Salvador – Bahia – Brasil

E-mail:
smcsiqueira@hotmail.com

Palavras-chave: Infecção hospitalar; Controle de infecções; Lavagem de mãos.

Abstract

This is a view point that aims to demonstrate the efficacy of proceedings like the hand hygiene and the use of Personal Protective Equipment (PPE). Thus consequently, were analyzed works about the hospital infections and the ways to prevent it. Finalized the study, is possible to say that to wash the hands is the simpler practice, cheaper and that demonstrate more efficacy in prevention of hospital infections and to make it better is possible using alcohol and the Personal Protective Equipment.

Key words: Cross infection; Infection control; Hand washing.

Introdução

A infecção hospitalar, também conhecida como infecção institucional ou nosocomial, é definida pelo Ministério da Saúde (MS) como a infecção adquirida durante a hospitalização e que não estava presente em período de incubação por ocasião de admissão do paciente. Em geral, elas são diagnosticadas a partir de 48 horas após a internação⁽¹⁾.

As infecções hospitalares são consideradas atualmente como problema de saúde pública, acometendo mais de 15% dos pacientes internados, agravando-se com a emergência da resistência bacteriana⁽²⁾.

Embora há muito tempo já fosse aventada a relação entre os hospitais e as infecções, apenas no século XIX, James Young Simpson (1811-1870) indicou a realização de procedimentos cirúrgicos no domicílio quando percebeu que a mortalidade relacionada à amputação era de 41,6% quando realizada no ambiente hospitalar e apenas 10,9%, em ambiente domiciliar⁽³⁾.

Infere-se que os micro-organismos patogênicos habitam os mais diferentes tipos de ambientes, contudo, no hospital, devido às próprias características do local, a sua presença é significativa, constituindo-se como maior e mais virulenta que em outros ambientes.

Devido à gravidade das infecções nosocomiais, esta temática deveria ser encarada com mais seriedade pelos profissionais de saúde, já que a sua aquisição traz riscos diretos aos clientes e à instituição. A sua ocorrência gera um problema cíclico: aumenta o tempo de internamento e, conseqüentemente, eleva os custos hospitalares, subordinando o cliente ao risco de novas infecções que aumentará o tempo de permanência predispondo-o a novos riscos. Ademais, esse problema tem grande potencial de conduzir o indivíduo a óbito.

Ao referirmo-nos às infecções institucionais, associamos a sua ocorrência à figura das enfermarias. Contudo, é relevante lembrar que todos os ambientes que compõem o hospital são passíveis de acometimentos de infecções, desde a recepção até o necrotério. Por conta disso, salienta-se que a prevenção deve acontecer em todas as repartições, não somente nas unidades de internamento.

Dentre as diversas formas de transmissão de agentes patogênicos no hospital, infere-se que a mais significativa seja as mãos dos profissionais de saúde, funcionando estes como vetores mecânicos e, portanto, sendo responsáveis pelo transporte desses patógenos de um paciente a outro, caracterizando a infecção cruzada.

Estudos demonstram a importância da implementação de práticas de higienização das mãos na redução das taxas de infecções e a maioria dos especialistas concorda ser essa prática o meio mais simples e eficaz de prevenir a transmissão de micro-organismos no ambiente onde ocorre a assistência⁽⁴⁾.

Além da higienização das mãos outros meios devem ser utilizados, tais como: o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); respeito à individualidade de cada paciente durante o atendimento, evitando, dessa forma, a ocorrência de infecções cruzadas; constante atualização técnica-científica na busca de mecanismos de enfrentamento das infecções hospitalares; realização de vigilância ativa e passiva pelos profissionais e mobilização dos acompanhantes.

Diante do exposto, este trabalho tem como escopo promover uma reflexão acerca da relevante tarefa da equipe multiprofissional que atua na instituição hospitalar na prevenção das infecções nosocomiais a partir de métodos simples como a lavagem das mãos e o uso de EPIs. Pretende-se com

este estudo, tornar a reflexão aqui proposta como um meio aliciador no combate às infecções hospitalares.

Higienização das mãos: A forma mais eficaz de prevenir as infecções hospitalares

A higienização das mãos é considerada a mais importante forma de redução da transmissão de infecções desde 1846 quando o médico húngaro, Ignaz Philip Semmelweis, comprovou a relação da febre puerperal com os cuidados de saúde ao observar que os médicos que saíam diretamente da sala de autópsia iam para a de obstetrícia postulando que a febre puerperal que afetava as parturientes fosse causada por partículas cadavéricas da sala de autópsia. Em 1847 ele determinou que, antes de tocar as pacientes obstétricas, as mãos fossem lavadas com água clorada. Com isso, reduziu a taxa de mortalidade de 12,2 para 1,2%⁽⁵⁾.

A lavagem das mãos consiste na remoção de sujidades, visíveis ou não, por meio do uso de água e sabão que pode ou não ser antisséptico. A partir desse método é possível eliminar a microbiota transitória, que é a principal causadora das infecções hospitalares, e reduzir a microbiota residente.

Reconhecida como uma das medidas mais eficientes na prevenção de infecções hospitalares, a lavagem das mãos é um procedimento simples que merece muita atenção. O termo “lavagem das mãos” foi substituído por “higienização das mãos” por conta da maior abrangência desse procedimento que engloba a higienização simples, a fricção antisséptica e a antisséptica cirúrgica das mãos⁽⁶⁻⁷⁾.

Embora seja uma prática simples, de baixo custo e grande eficácia, é notável que a cultura da lavagem das mãos entre os profissionais de saúde não encontra-se de todo disseminada. Como consequência, observa-se um índice elevado de infecções nos serviços de assistência à saúde em geral.

Evidenciando a necessidade de higienização das mãos, o Ministério da Saúde incluiu recomendações para essa prática no anexo IV da Portaria 2616/98, a qual regulamenta as práticas de controle de infecção hospitalar nos estabelecimentos de assistência à saúde no país⁽⁸⁾.

As mãos do pessoal hospitalar são as que transportam a maior quantidade de micro-organismos de paciente para paciente, para equipamentos ou ainda para alimentos, proporcionando condições favoráveis à infecção hospitalar, tornando-se responsáveis pela maioria das infecções cruzadas⁽⁸⁾.

A lavagem das mãos necessita tornar-se uma atividade prosaica e cotidiana nas práticas assistenciais em saúde. Antes de prestar assistência ao paciente o profissional precisa executar criteriosamente a lavagem das mãos de forma a oferecer um cuidado seguro e individualizado. Do mesmo modo, é necessário que a higienização com água e sabão aconteça nos intervalos entre o atendimento de um paciente e outro.

Para tornar essa prática ainda mais eficaz, outras ações podem ser acrescentadas. Dentre elas destaca-se a associação da lavagem das mãos com o uso do álcool. O álcool possui propriedades microbicidas reconhecidamente eficazes para eliminar os germes mais frequentemente

envolvidos nestas infecções sendo imprescindível na realização de ações simples de prevenção como a anti-sepsia das mãos, a desinfecção do ambiente e de artigos médico-hospitalares. Ademais, possui baixo custo, fácil aplicabilidade e toxicidade reduzida⁽⁹⁾.

O mecanismo de ação do álcool consiste na desnaturação e coagulação de proteínas. Ocorre também a ruptura da integridade citoplasmática, a lise celular e a interferência no metabolismo celular. A coagulação das proteínas ocorre na parede celular, na membrana citoplasmática e entre várias proteínas do plasma⁽¹⁰⁾.

Os álcoois apresentam ação rápida e excelente atividade bactericida e fungicida. Soluções alcoólicas entre 60 a 80% são mais efetivas e concentrações mais altas são menos potentes, pois as proteínas não se desnaturam com facilidade na ausência de água. Mesmo que não possua ação contra as formas esporuladas, em concentrações apropriadas, o álcool é um antisséptico de baixo custo, extremamente rápido e eficaz na redução do número de micro-organismos encontrados na pele⁽¹⁰⁻⁹⁾.

Convém acrescentar que o uso do álcool não deve ser adotado como uma estratégia de substituição da lavagem das mãos, do contrário, deve ser uma ação complementar para tornar as mãos mais higiênicas e menos patogênicas. Dessa forma, a sua utilização deve acontecer depois da adequada lavagem com água e sabão e secagem das mãos garantindo a eficácia do processo.

A substituição de água e sabão por substâncias à base de álcool vem sendo apresentada como a grande virada para diminuir as lesões causadas pela lavagem frequente das mãos. As ressalvas são relacionadas ao fato de que essas soluções não funcionam de forma adequada na presença de sujidade visível ou matéria orgânica, que precisam ser removidas das mãos antes do seu uso⁽⁴⁾.

Uso de equipamentos de proteção individual na proteção contra as infecções hospitalares

Os riscos do ambiente hospitalar, embora sejam maiores para os clientes por conta do seu déficit imunitário, existem também para os funcionários e profissionais de saúde secundários à lida diária com enfermos e a conseqüente exposição a micro-organismos patogênicos, podendo torná-los também reféns da infecção hospitalar.

Para que a prestação de cuidados seja segura e tenha continuidade, é necessário que além de adotar medidas para a segurança dos pacientes, os trabalhadores também estejam protegidos através da obediência às normas de biossegurança. Entende-se por biossegurança o conjunto de normas e procedimentos considerados seguros e adequados à manutenção da saúde, em atividades de risco de aquisição de doenças profissionais⁽¹¹⁾.

A importância das normas de biossegurança na assistência à saúde se dá principalmente porque se o profissional não estiver protegido dos riscos oferecidos pelos micro-organismos, ele não poderá prestar uma assistência segura e satisfatória, comprometendo, inclusive, a saúde do paciente, que já encontra-se muito deficitária.

Entre os profissionais da área da saúde, os trabalhadores de Enfermagem são expostos a variados riscos, causados por agentes de natureza química, física, biológica, psicossocial e ergonômica. Apresentam maior exposição a material biológico por conta da rotina profissional. Os profissionais atuantes na área da saúde e, particularmente em hospitais, estão sujeitos a adquirir infecções, em particular as hepatites B e C, a Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (AIDS) e a tuberculose, especialmente⁽¹²⁻¹¹⁾.

A prevenção de transmissão de patógenos no ambiente laboral requer medidas diversificadas para reduzir riscos ocupacionais. As precauções padrão (PP) são consideradas como uma das principais formas de prevenção para evitar a exposição, e o apropriado uso dos equipamentos de proteção individual, que podem minimizar consideravelmente esses riscos. Recomenda-se que o trabalhador proteja-se sempre que tiver contato com material biológico e, também, durante a assistência cotidiana aos pacientes, independente de conhecer o diagnóstico ou não, utilizando-se de precauções universais padrão⁽¹²⁻¹³⁾.

As Precauções Universais, atualmente denominadas Precauções Básicas, são medidas de prevenção que devem ser utilizadas na assistência de todos os pacientes na manipulação de sangue, secreções e excreções e contato com mucosas e pele não íntegra. Essas medidas incluem a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que são: luvas, máscaras, gorros, óculos de proteção, capotes (aventais) e botas⁽¹⁴⁾.

O uso dos EPIs é garantido como um direito do trabalhador e um dever das instituições o seu fornecimento. A legislação NR 32/ 2005 protege o profissional, pois assegura que os EPIs devem estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição⁽¹²⁾.

Em grande parte dos cenários de prestação de cuidados de Enfermagem, negligenciam-se normas de biossegurança; os EPIs são mais utilizados na assistência ao paciente cujo diagnóstico é conhecido, subestimando-se a vulnerabilidade do organismo humano a infecções⁽¹³⁾.

A utilização desses utensílios laborais tem eficácia comprovada na prevenção de infecções provenientes das condições de trabalho. Ademais, a utilização das luvas, independente do diagnóstico do paciente, configura-se como uma medida de proteção tanto para o profissional como para o cliente, pois isola o indivíduo da microbiota presente nas mãos do vetor.

Conclusões

Os micro-organismos são grandes vilões para a saúde encontrados em todos os ambientes, principalmente no hospital, com alto potencial de comprometer a higidez de pacientes e colaboradores desta instituição, gerando a chamada infecção hospitalar.

Devido ao comprometimento do paciente, relativo ao déficit imunológico provocado pela patologia, este indivíduo encontra-se mais predisposto sendo necessário olhar criterioso e adoção de medidas preventivas.

Dentre as diversificadas formas de prevenir a ocorrência das infecções hospitalares a higienização das mãos é considerada a mais simples, eficaz e de menor custo. Ela deve ser enquadrada à rotina dos profissionais de saúde, principalmente aqueles que prestam assistência direta ao paciente, com o propósito de prevenir esse problema responsável por um alto índice de morbimortalidades em esfera mundial.

O uso do álcool como uma das alternativas de higienização das mãos também tem demonstrado benefícios na interrupção da cadeia de transmissão de agentes patogênicos entre o profissional de saúde e o paciente, contudo o seu uso deve ser associado à lavagem das mãos e não em substituição desse procedimento.

Além da lavagem, outros cuidados podem ser realizados com o intuito de prevenir e controlar as infecções hospitalares. Dentre eles, destaca-se como essencial o uso dos Equipamentos de Proteção Individual, recomendados na Legislação, a partir da Norma Regulamentadora 32.

Esses equipamentos devem fazer parte do dia a dia dos trabalhadores da instituição hospitalar, pois além de bloquearem a transmissão de patógenos aos pacientes, protegem também os profissionais, evitando que estes tornem-se vítimas de infecções.

Por fim, prevenir e controlar as infecções é um dever de todos que atuam na área da saúde, principalmente na esfera hospitalar. É necessário que estes estejam cientes da complexidade que permeia o campo das infecções nosocomiais gerando consequências que podem resultar em óbito, bem como da simplicidade em preveni-las por meios simples como a higienização das mãos e o uso de EPIs, adotando essas práticas como corriqueiras em suas atividades cotidianas.

Referências

1. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Infecções relacionadas à assistência à saúde. São Paulo: Unifesp, 2004.
2. Oliveira AC, Bettcher L. Aspectos epidemiológicos da ocorrência do Enterococcus resistente à Vancomicina. Rev Esc Enferm USP 2010; 44(3): 725-31.
3. Fernandes AT, Fernandes MOV, Filho NR. As bases do hospital contemporâneo: a Enfermagem, os caçadores de micróbios e o controle de infecção. In: Fernandes AT. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde. São Paulo: Atheneu, 2000. p. 56-74.
4. Santos AAM. Higienização das mãos no controle das infecções em serviços de saúde. Rev de Adm em Saúde; vol. 4, nº 15, Abr-Jun, 2002, p. 10-4.
5. Sousa FC, Rodrigues IP, Santana HT. Perspectiva histórica. In: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segurança do paciente: higienização das mãos. Brasília-DF, 2008, cap. 1, p. 11-4.
6. Sassi SJG, Medeiros EAS. Lavar ou higienizar as mãos: qual o papel do gel alcoólico? Controle hospitalar, v.1, n.4, 2003, p. 38-40.

7. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Higienização das mãos em serviços de saúde. [Citado 2012 Fev 10]. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>.
8. Mendonça AP, Fernandes MSC, Azevedo JMR, Silveira WCR, Souza ACS. Lavagem das mãos: adesão dos profissionais de saúde em uma unidade de terapia intensiva neonatal. *Acta Scientiarum. Health Sciences*; Maringá, v.25, nº 2, p. 147-53, 2003.
9. Santos AAM, Verotti MP, Sanmartin JA, Mesiano ERAB. Importância do álcool no controle de infecções em serviços de saúde. *Rev de Adm em Saúde – Vol. 4, Nº 16, jul-set, 2002. p. 7-14.*
10. Kawagoe JY. Produtos utilizados na higienização das mãos. In: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). *Segurança do paciente: higienização das mãos*. Brasília, 2008, cap. 5, p. 33-50.
11. Penteado MS, Oliveira TC. Infraestrutura de biossegurança para agentes biológicos em hospitais do sul do Estado da Bahia, Brasil. *Rev Bras Enferm, Brasília 2010 set-out; 63(5): 699-705.*
12. Neves HCC, Souza ACS, Medeiros M, Munari DB, Ribeiro LCM, Tipple AFV. Segurança dos trabalhadores de Enfermagem e fatores determinantes para adesão aos equipamentos de proteção individual. *Rev Latino-Am Enfermagem mar-abr 2011; 19(2): [8 telas].*
13. Gallas SR, Fontana RT. Biossegurança e a Enfermagem nos cuidados clínicos: contribuições para a saúde do trabalhador. *Rev Bras Enferm, Brasília 2010 set-out; 63(5): 786-92.*
14. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. Manual de condutas em exposição ocupacional a material biológico. [Citado 2012 Fev 15]. Disponível em: <http://www.controllab.com.br>.

Endereço para correspondência

Avenida Euclides da Cunha, nº 75, ed. Ypê, aptº 301,
Graça, Salvador-Bahia.
CEP: 40150-120

Recebido em 18/12/2012

Aprovado em 19/09/2013